

Os moços e a política

Fred Lobo

Josaphat Marinho

Ausentes dos partidos políticos, é também manifesto o distanciamento dos moços da luta eleitoral. Se, num ou noutro estado, alguns jovens participam da campanha, as exceções confirmam a observação geral. A mocidade, coletivamente, não está presente ao combate. Falta o ímpeto, senão a incontínência, de sua palavra, de suas atitudes, de suas reivindicações. O que se afigura impróprio nos que carregam o peso dos anos, é compreensível, e não raro louvado, no fulgor dos novos. O entusiasmo deles, quase sempre eletrizante de multidões, transmite às assembléias a centelha de esperança, que frequentemente falta aos amadurecidos. Não é que a juventude, como expressão inovadora da vida, se confunda invariavelmente com a idade. Há jovens que envelhecem cedo, perdendo o vigor dos reclamos necessários, como há velhos que resistem aos anos na força do pensamento, à imagem de João Mangabeira. Exato como refletiu Samuel Ullman, a juventude não é um tempo da vida; é um estado de espírito.

Como o estado de espírito comum dos jovens é de renovação, não se há de pensar que sejam estranhos aos partidos e à competição política por desinteresse ou alienação. Cabe reconhecer que a atividade partidária e política, entre nós e em vários países, não tem sido e não é estimulante. Os partidos não se revestem de estrutura adequada, não obedecem, de ordinário, a seus programas e à melhor forma de distribuição de oportunidades entre seus integrantes. Não desenvolvem o papel de educar e orientar a opinião pública, essencial à conquista de credibilidade e do prestígio coletivo. Projetam-se mais em função de lideranças do que por objetivos institucionais, idéias e diretrizes. Embora haja incidência de outros fatores, esse quadro de distorções responde muito pela indiferença dos moços em relação à militância política, fora do meio

escolar, e sobretudo na esfera universitária.

Extremamente grave, e nem sempre percebido, é que, afastando-se da ação política e eleitoral, os jovens concorrem para prolongar os vícios existentes. Não opondo resistência ativa aos desvios condenáveis, permitem a sobrevivência de práticas incompatíveis com a política de idéias reformadoras. A resistência passiva, nos centros de estudos, não basta para vencer procedimentos estratificados, endurecidos no tempo. A omissão é parceira da rotina. A participação na luta é

que abala e varre o estabelecido e já antiquado. Preservada a regularidade de cursos e estudos, a atuação política da juventude é educativa, por servir de exemplo a todos os cidadãos. Em diferentes momentos, em nosso tempo, a mocidade interveio nos embates políticos, inclusive nos de sentido marcadamente ideológico. Na revolução paulista de 1932. Nas divergências que assinalaram o preparo e a realização das eleições referentes à Constituinte de 1933-1934. Na repulsa ao Estado Novo e nos movimentos que desembocaram na convocação da Constituinte de 1946. Nos atos de

rejeição ao regime militar, e que culminaram na rebeldia coletiva pela eleição direta, ou em favor da escolha de Tancredo Neves, mesmo usando o colégio eleitoral. Nas manifestações de apoio ao impeachment de um presidente da República.

Em nenhum desses instantes históricos, o contato com os partidos e o convívio com os políticos prejudicaram os estudos, a independência dos moços, ou a dimensão de suas idéias. Decerto, fatos recentes atingiram parlamentares e o Congresso Nacional. A melhor forma, porém, de resguardar as instituições está na união de todas as forças que defendam, com suas peculiaridades, a ética e o desenvolvimento na política. Preconceitos ou reservas pessoais não devem impedir a convivência destinada ao fim superior de reforma das instituições. Vitorioso o momento militar de 1964, personalidades de origens e tendências políticas diversas se uniram para impugná-lo, na Frente Ampla, com a presença de Juscelino e Jango, e por iniciativa de Carlos Lacerda. Este, até então, era adversário impiedoso dos dois.

No combate aos erros e aos males deve prevalecer a esperança de mudanças legítimas, e não desconfianças, ou ressentimentos de divergências passadas. Nem relações pessoais são necessárias para a sustentação de idéias comuns. No propósito de defendê-las, a inspiração da consciência há de preponderar sobre as insinuações de sentimentos menores. No espírito dos moços, sobretudo, a clareza da razão pode afirmar-se com facilidade maior, porque nesses sombras do passado não incidem no futuro. Os jovens devem ser atores, e não apenas espectadores, ou eleitores, nas decisões que definem a sorte do povo e do País. Cabe-lhes posição de vanguarda, até para que a experiência os ajude na objetividade do estudo e da cultura.

■ Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia

